

COISAS DA POLÍTICA

DORA KRAMER

Sem Congresso não há governo

O desdém com que o eleitor trata seu direito de influir na composição do próximo Congresso — retratado na pesquisa Vox Populi que indica que 73% do eleitorado ainda não têm candidato a deputado federal — pode ser creditado, numa análise apressada e superficial, à conta dos próprios políticos. Afinal, a prerrogativa ao vexame público do assalto ao Orçamento, da gazeta ao trabalho e da atração pelo privilégio é deles.

Mas, se o eleitor deixar de lado alguns clichês que se prestam ao protesto imediato mas prejudicam o raciocínio, verá que essa falta de apreço ao próprio direito não serve para absolutamente nada. Ou antes, serve para manter as coisas exatamente como estão. Talvez um pouco piores, até. É sinal de ignorância o orgulho com que determinadas pessoas — às vezes detentoras de fama e poder de influência sobre a sociedade — exibem a decisão de não votar em deputado. Não acham interessante sequer lembrar-se em quem votaram na eleição anterior.

Citam isso como se a culpa aí continuasse a pertencer ao político e não à absoluta displicência com que o brasileiro trata seu voto e seu representante. Dele só ouve falar à época de escândalos. A ele, a maioria só recorre para pedir. Seja emprego, seja voto — no caso dos lobbies —, passagem ou dinheiro vivo. Raro o gabinete da Câmara que não seja receptáculo desse fisiologismo às avessas. Raríssimo o parlamentar que seja diuturnamente fiscalizado, acompanhado, cobrado por seu eleitor.

Na democracias avançadas — para ficar com a mais óbvia, citemos os Estados Unidos — isso acontece. Não apenas porque o deputado presta satisfação por sua própria conta, mas mais porque aprendeu a fazê-lo diante da cobrança do eleitor. Pode-se argumentar que lá o voto não é obrigatório, o sistema eleitoral é diferente. Mas não há como fugir ao fato de que a auto-estima do eleitor é bem mais avantajada.

É tempo também de o eleitor aqui pensar num assunto bem concreto: sem Congresso não há governo. Apesar de o sistema ser presidencialista, não há presidente que consiga ter paz se o Parlamento não colaborar. Um às nessas coisas de Congresso, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves, funcionário da Câmara há mais de 30 anos e esteio de muitos governos no Legislativo, sabe bem como se processam essas relações e, no caso do candidato que apóia, Fernando Henrique Cardoso, já se habilita a fazer algumas análises.

Hargreaves acha que o

quadro ideal é que Fernando Henrique governe com o Congresso independente. Segundo ele, na época do regime militar, quando a Arena detinha dois terços da representação, a convivência com os parlamentares não era de todo prazerosa para o governo. Simplesmente porque Congresso a favor se sente dono do Executivo, que acaba escravo da excessiva demanda congressista.

Parlamento contra, por sua vez, é atestado de óbito certo. Para citar apenas dois casos, estão aí na história Jânio Quadros e Fernando Collor. O primeiro já se elegeu com a Câmara contra. Seu líder de governo era líder da minoria. O resultado foi o que se viu a 25 de agosto de 1961. O segundo teve apoio imediato. Até autorização ao confisco o Legislativo concedeu.

Pouco depois, os parlamentares evoluíram para uma posição de independência que, mal administrada por Collor e sua equipe, resultou numa postura hostil. O desfecho então veio em 29 de setembro de 1992. Ninguém duvida que se o presidente tivesse um pingão de competência para o manejo das coisas da política, poderia nem ter havido CPI. José Sarney — com uma CPI de corrupção arquivada — está aí para comprovar a tese.

Não se pode também, retomando a análise de Hargreaves, governar com tranquilidade tendo qualquer partido como fiel da balança. Recorda o ministro que o pior momento do governo Figueiredo foi quando o MDB rachou, Tancredo Neves e Thales Ramalho fundaram o PP e passaram a ser o fator decisivo dentro da Câmara. A Arena não tinha maioria, o MDB tampouco e o PP decidia. Ficava, assim, o Planalto refém de um grupo de habilíssimos políticos.

Para governar é preciso, portanto, ter uma interlocução de qualidade no Congresso. Negociar permanentemente sem que isso implique concessões espúrias. A questão é que qualquer governo terá maiores chances de estabelecer uma relação moderna, adulta, transparente, democrática e ativa com o Congresso quanto melhores forem os representantes eleitos pelo povo.

Se o eleitorado brasileiro não for capaz de compreender isso, teremos a partir do ano que vem a confirmação de uma constatação que parlamentares experientes fazem a cada final de legislatura: a única certeza que se tem sobre o próximo Congresso é que certamente será pior que o anterior. O poder de quebrar o nefasto ciclo da representação desqualificada só pode ser exercido por quem tem direito ao voto.